

a ver com validação de documentos. Ademais, não se pode realizar a contratação de uma empresa com um objeto e exigir dela uma ação muito além deste objeto e de sua própria competência e responsabilidade.

Dessa forma, conclui-se que a redação do item mencionado não está suficientemente clara, conforme dita a Lei 8.666/93, por ter gerado infinitos questionamentos a por ter exigido – em um único item – que a licitante se responsabilize e se capacite para uma ação completamente adversa do objeto que está sendo licitado.

Por fim, trata-se claramente de uma aglutinação de objetos, por solicitar uma página Web para identificação e validação de documentos e também solicitar um sistema para gerenciamento de margem consignável. Por ser uma aglutinação, há a perda de vários licitantes interessados no processo. Ou seja, além de solicitar uma página da Web contendo serviço destoante do objeto, de promover a aglutinação de itens na mesma licitação, ainda ocorrerá uma perda na competitividade do certame.

O próprio edital no item 4.8 do Anexo I determina que: **"O serviço a ser prestado pela empresa CONTRATADA será exclusivamente de Gestão de Consignações."**

Conforme entendimento pacífico na jurisprudência e respeitando-se o princípio da isonomia que determina ser essencial a garantia de competição nos procedimentos licitatórios, é vedado que a falta de parcelamento do objeto implique diminuição sensível de licitantes aptos a prestar a parte essencial dos serviços configura violação ao artigo 23, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

"Representação formulada por empresa deu notícia de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 229/2066-2011 conduzido pela Caixa Econômica Federal – CEF para a contratação de prestação de serviço de transporte de executivos da entidade, com disponibilização de um veículo blindado e 12 carros de passeio. O citado certame foi suspenso cautelarmente por meio de despacho da Presidente do Tribunal em substituição, o qual foi posteriormente endossado pelo Plenário. Os indícios que justificaram a adoção dessa medida consistiram na ausência de parcelamento do objeto. Considerou-se que a "adijudicação global" do serviço implicaria afronta ao comando contido no art. 23, § 1º da Lei nº 8.666/1993. O relator do feito, ao se deparar com informações prestadas pela CEF, anotou que o citado objeto "possui natureza divisível (...), o que, em tese, afastou a participação de empresas que não estavam habilitadas a fornecer a totalidade dos itens especificados, mas que poderiam trazer uma proposta mais vantajosa para a Caixa, no que diz respeito aos demais itens". Observou, ainda, que a própria